

Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
2017
Raint

Sumário

1. Introdução.....	3
2. Realizar Auditoria Interna.....	4
2.1. Descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados de acordo com o Paint 2017.....	4
2.2. Descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados sem previsão no Paint, suas motivações e seus resultados.....	7
2.3. Relação dos trabalhos de auditoria previstos no Paint 2017 não realizados ou não concluídos, com as justificativas para a sua não execução.....	8
2.4. Análise consolidada acerca do nível de maturação dos controles internos do órgão, com base nos trabalhos realizados.....	8
2.5. Descrição dos fatos relevantes que impactaram positiva ou negativamente nos recursos e na organização da unidade de auditoria interna e na realização das auditorias.....	8
2.6. Quantidade de recomendações emitidas e implementadas no exercício, as vincendas e as não implementadas na data da elaboração do Raint, com a inclusão, neste caso, dos prazos de implementação e as justificativas do gestor.....	9
2.7. Descrição dos benefícios decorrentes da atuação da unidade de auditoria interna ao longo de 2017.....	10
3. Gerir Riscos Institucionais.....	11
3.1. Disseminação da Política de Gestão de Riscos.....	11
3.2. Implementação da Metodologia de Gestão de Riscos.....	12
3.3. Implantação do Sistema de Gestão de Riscos – G-Riscos:.....	12
3.4. Estudos e prospecções – <i>benchmarking</i>	12
4. Atendimento aos Órgãos de Controle Externo e Interno.....	14
5. Ações de capacitação.....	18
6. Considerações finais.....	19

1. Introdução

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) trabalha com a visão de gestão baseada em processos de trabalho, definidos em sua Cadeia de Valor. Neste contexto, a Coordenação-Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos – Audit – encontra-se dentro da estrutura de Gestão da Conformidade Institucional da RFB, atuando em dois macroprocessos: “Realizar auditoria interna” e “Gerir riscos institucionais”, executando atividades que auxiliam no aprimoramento dos processos de trabalho de todas as áreas, tanto através de auditorias quanto por meio da disseminação da metodologia de gerenciamento de riscos da RFB.

O Plano Anual de Auditoria Interna – Paint/2017, aprovado por ato do então Coordenador-Geral de Auditoria Interna, vinculou seus trabalhos, realizados no decorrer do ano-calendário de 2017, a ações programadas por suas Gerências de Auditoria, integrantes da Coordenação de Planejamento e Execução de Auditoria – Copea.

Por força da Instrução Normativa (IN) CGU n° 24/2015, a Audit vem, por meio do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (Raint), apresentar o resultado do trabalho de auditoria interna realizado ao longo de 2017, além das atividades de suporte para a implementação da gestão de riscos e do esforço dispensado para o atendimento aos órgãos de controle.

2. Realizar Auditoria Interna

2.1. Descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados de acordo com o Paint 2017

O Paint 2017 previu a realização de 18 trabalhos, dos quais 10 foram efetivamente realizados no exercício. Além disso, durante o Planejamento Operacional da auditoria sobre “Parcelamento”, vislumbrou-se a necessidade de se separar o tema e realizar dois trabalhos independentes.

A descrição dos projetos de auditoria realizados no ano de 2017 serão apresentados, em seguida, por macroprocesso.

I. Gestão do Crédito Tributário

a) Gestão dos créditos tributários em parcelamento

A auditoria interna realizada sobre o objeto “Gestão de créditos tributários em parcelamento” teve como escopo verificar se os processos “sob controle do parcelamento” no sistema Sief-Processo observaram todas as exigências legais para suas concessões, se esses processos estão vinculados a parcelamentos ainda efetivamente ativos e se o prosseguimento da cobrança tem sido realizado tempestivamente.

b) Retificação de Guia de Previdência Social (GPS)

A auditoria interna sobre o processo de trabalho de Retificação de GPS abrangeu a realização de testes em 25 Delegacias da RFB, distribuídas nas 10 Regiões Fiscais. Ao todo, foram analisados 1.517 (mil quinhentos e dezessete) procedimentos de Retificação de Guia da Previdência Social (RETGPS), selecionados por meio de amostra estatística sistemática.

O objetivo desse trabalho foi analisar o procedimento de retificação de GPS, a fim de avaliar a aderência aos normativos aplicáveis e aspectos de eficácia e efetividade dos controles na arrecadação e cobrança.

c) Parcelamento

Sobre o tema parcelamento foram realizadas duas auditorias contínuas (termo utilizado pela Audit para denominar as auditorias oriundas de cruzamento de dados informatizados e seleção de situações que, em tese, estão em desconformidade com normas, critérios ou procedimentos estabelecidos). Os possíveis achados de auditoria foram consolidados por Região Fiscal, as quais foram de-

mandadas a apresentar justificativas para as situações encontradas ou providenciar ajustes para que cada um dos parcelamentos apontados na análise da auditoria.

A primeira dessas auditorias buscou verificar se o controle dos parcelamentos convencionais é eficiente considerando a função de rescisão automática no “Sistema de Parcelamento de Débitos” (Sipade), verificando se os parcelamentos com parcelas vencidas e não pagas eram rescindidos automaticamente e, nos casos em que se aplicava, se estes eram inscritos em dívida ativa da união.

O segundo trabalho realizado teve como objetivo analisar se o controle dos parcelamentos convencionais é eficiente, considerando que esses parcelamentos podem ser suspensos manualmente pelo servidor, em virtude de decisão judicial, no “Sistema de Parcelamento de Débitos” (Sipade) e que o não acompanhamento dessa suspensão poderia levar a situações de prescrição.

d) Isenção de IPI para taxistas e deficientes físicos

O projeto de auditoria interna sobre isenção de IPI para taxista e deficiente físico abrangeu a análise de 1.162 (mil cento e sessenta e dois) procedimentos de concessão de isenção em Delegacias das 10 Regiões Fiscais da RFB.

O objetivo desse trabalho foi verificar se as atividades de instrução e análise de processos para concessão de benefícios nos processos de isenção de IPI para taxista e deficiente estavam cumprindo, respectivamente, as determinações das IN RFB nº 987 e 988/2009.

II. Fiscalização Tributária e Combate a Ilícitos

a) Execução de ações fiscais

Essa auditoria buscou avaliar o processo de trabalho “Execução da fiscalização” para identificar causas e consequências de possíveis falhas procedimentais, bem como identificar boas práticas, auxiliar na busca da padronização de rotinas no âmbito da RFB e verificar se os mecanismos de controle interno existentes na atividade da execução de ações fiscais asseguram o cumprimento dos objetivos estratégicos da RFB. Para isso, realizaram-se testes de conformidade em 1.448 (mil quatrocentos e quarenta e oito) Registros de Procedimento Fiscal (RPF) de 22 unidades descentralizadas.

b) Gerir a utilização dos recursos materiais nas operações de repressão e ações de vigilância

Essa auditoria analisou em que medida o gerenciamento da utilização dos recursos empregados nas atividades aéreas têm contribuído para minimizar os cancelamentos das operações ou o não atendimento às solicitações destas, combater o contrabando, o descaminho e a sonegação fiscal e mitigar e controlar os riscos de acidentes e incidentes aéreos.

III. Controle Aduaneiro

a) Habilitação de Operadores do Comércio Exterior no Siscomex

Esse projeto de auditoria interna abrangeu a análise de 814 (oitocentos e quatorze) procedimentos de habilitação em 11 unidades selecionadas, que são responsáveis pela avaliação de 54% dos procedimentos de habilitação no Siscomex do país.

O objetivo do trabalho foi verificar se os procedimentos relativos à habilitação de importadores, exportadores e internadores da Zona Franca de Manaus para operação no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) e de credenciamento de seus representantes para a prática de atividades relacionadas ao despacho aduaneiro estão sendo levados a termo em conformidade com o e-Manual Interno de Habilitação no Siscomex.

IV. Gestão de pessoas

a) Capacitar e desenvolver pessoas

Essa auditoria analisou a atual sistemática de planejamento, execução e avaliação das ações de capacitação de forma a identificar as principais dificuldades enfrentadas e a analisar a eficiência na alocação dos recursos e a eficácia dos indicadores existentes para a tomada de decisão dos gestores.

V. Governança de TI

a) Controle de Acesso

Essa auditoria contínua examina o controle interno relacionado à concessão e manutenção de habilitações, visando garantir que os sistemas informatizados da RFB e seus respectivos perfis de acesso sejam concedidos apenas a usuários que atendam aos pré-requisitos estabelecidos nas portarias de Sistemas e Perfis.

VI. Gestão de materiais e logística

a) Gestão de mercadorias apreendidas em unidades administrativas

Essa auditoria teve como objetivo verificar quais eram as principais dificuldades enfrentadas pelas unidades descentralizadas para a destruição de mercadorias e para a destinação dos veículos apreendidos.

2.2. Descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados sem previsão no Paint, suas motivações e seus resultados

Foram realizados 5 outros trabalhos que não estavam previstos no Paint 2017, mas que durante o exercício, os seus respectivos temas se mostraram relevantes e oportunos para a realização de auditorias.

Tema da auditoria	Motivação	Resultados
Declarações de exportação não desembaraçadas	Necessidade de avaliar os controles internos existentes nas unidades e aferir a confiabilidade das informações constantes dos sistemas informatizados.	Notas de auditoria encaminhadas para os gestores das unidades para avaliação dos achados e implementação das recomendações da auditoria.
Admissão temporária	Necessidade de avaliar se os procedimentos relativos às concessões e ao controle das admissões temporárias com suspensão total de tributos, de admissão temporária para utilização econômica e de admissão temporária para aperfeiçoamento ativo estão sendo levados a termo em conformidade com a legislação vigente, principalmente após a realização dos eventos como Olimpíadas e Paraolimpíadas.	Auditoria concluída e relatório de auditoria encaminhado para o gestor do processo de trabalho, que já registrou as ações para a implementação das recomendações.
Declaração de Importação	Avaliar os controles internos existentes garantem a exatidão dos dados declarados pelo importador em relação à mercadoria importada, aos documentos apresentados e à legislação específica, com vistas ao seu desembarço aduaneiro.	Auditoria em fase final de encerramento, já tendo sido validada a matriz de achados com a área gestora, a qual também já apresentou o plano de ação para a implementação das recomendações de auditoria.
Fiscalização pós-despacho	A auditoria realizada sobre o tema “Execução da fiscalização” indicou a necessidade e a oportunidade de se avançar na análise dos procedimentos da área da fiscalização aduaneira pós-despacho, a fim de subsidiar o aprimoramento da gestão que vem sendo realizada no Programa de Controle Aduaneiro pós-Despacho (PCAP) desenvolvido no âmbito da Suari.	Auditoria em fase final, já tendo sido validada a matriz de achados com a área gestora, aguardando a do plano de ação para a implementação das recomendações de auditoria.

Gestão de créditos tributários suspensos por medida judicial	A auditoria vislumbrou a possibilidade de expandir o trabalho sobre a gestão dos créditos tributários, após o levantamento de achados incidentais nas auditorias sobre “Gestão dos créditos tributários em parcelamento”.	Auditoria em fase de elaboração de matriz de achados com previsão de término no 1º trimestre de 2018.
--	---	---

2.3. Relação dos trabalhos de auditoria previstos no Paint 2017 não realizados ou não concluídos, com as justificativas para a sua não execução

Dos temas previstos no Paint 2017, oito não foram realizados em 2018: gestão do crédito de Pis/Pasep e Cofins não cumulativos, gestão dos créditos de contribuições previdenciárias, gestão da cobrança e execução da dívida previdenciária, execução orçamentária e financeira, acompanhamento da execução orçamentária e financeira, tempo médio de controle/fiscalização/desembaraço de remessas postais e expressas, retenção e apreensão de mercadorias abandonadas e gestão do tempo de julgamento dos processos administrativos em DRJ.

A realização desses trabalhos de auditoria foi impactada pela saída de 3 servidores experientes da equipe da Audit e também pela mobilização da classe dos Auditores-Fiscais em toda a RFB.

2.4. Análise consolidada acerca do nível de maturação dos controles internos do órgão, com base nos trabalhos realizados

Analisando os resultados obtidos nas auditorias internas realizadas em 2017, concluímos que o nível de maturação dos controles internos dos processos de trabalho auditados é bom, sendo capazes de mitigar satisfatoriamente os seus principais riscos. Aprimoramentos pontuais foram levantados pela auditoria e tiveram a devida atenção dos gestores em relação à elaboração de ações para a implementação das recomendações.

2.5. Descrição dos fatos relevantes que impactaram positiva ou negativamente nos recursos e na organização da unidade de auditoria interna e na realização das auditorias

Em 2017, dois fatos impactaram negativamente a realização das auditorias e a organização da Audit. Um deles foi a mobilização dos Auditores-Fiscais em toda a RFB, o que fez com que as audi-

torias internas ficassem prejudicadas, tanto na aplicação das técnicas de auditoria como até mesmo na validação de papéis de trabalho com as áreas de negócio responsáveis pelo processo auditado. O segundo ponto foi a saída de três auditores experientes que exerciam a chefia das gerências, bem como atuavam como supervisores de equipes.

Buscando compensar a saída desses três servidores e aumentar a força de trabalho da Audit, foi autorizada a descentralização de três gerências de auditoria interna para as cidades de Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre.

Por outro lado, um ponto que impactou positivamente a realização das auditorias internas foi a reformulação da estratégia metodológica que era utilizada nas auditorias de conformidade. A partir de meados de 2017, essas auditorias deixaram de ser realizadas em unidades descentralizadas específicas e passaram a analisar os procedimentos realizados em âmbito nacional, trabalhando com amostras estatísticas que contemplassem os processos/procedimentos das mais diversas unidades. Com isso, foi possível a redução substancial do tempo de duração dos projetos de auditoria e o direcionamento das recomendações e dos resultados para o gestor central do processo de trabalho, trazendo maior efetividade aos resultados da auditoria e maior agregação de valor à gestão do processo de trabalho.

2.6. Quantidade de recomendações emitidas e implementadas no exercício, as vincendas e as não implementadas na data da elaboração do Raint, com a inclusão, neste caso, dos prazos de implementação e as justificativas do gestor

Durante o ano de 2017, foram emitidas 433 recomendações de auditoria. Desse total, 290 foram implementadas dentro do mesmo exercício e 71 ainda estão em implementação, dentro do prazo estabelecido no plano de ação elaborado pelas áreas gestoras.

Em apenas 19 recomendações, os gestores apresentaram razões para sua não implementação, as quais foram analisadas e acatadas pela auditoria interna. Restam, ainda, 53 recomendações que aguardam a informação dos gestores em relação às ações para sua implementação. Esses gestores ainda estão dentro do prazo para o envio dessa informação.

2.7. Descrição dos benefícios decorrentes da atuação da unidade de auditoria interna ao longo de 2017

Os trabalhos realizados pela Audit no ano de 2017 promoveram melhorias nos processos de trabalhos auditados em diversas frentes: aprimoramento e padronização dos procedimentos, ajustes de sistemas informatizados de controle, revisão de normativos e manuais, aprimoramento das ferramentas de controle. As recomendações exaradas pela auditoria e as ações implementadas pelos gestores foram importantes para a agregação de valor aos processos de trabalho, a melhoria dos controles internos da RFB e o aprimoramento da gestão institucional.

3. Gerir Riscos Institucionais

No ano de 2017, a Divisão de Implementação e Suporte em Gestão de Riscos (Disri), integrante da estrutura da Audit, desenvolveu diversas ações com intuito de dar continuidade à implementação da Política de Gestão de Riscos Institucionais da RFB.

A RFB manteve-se como membro do Comitê Técnico de Gestão de Riscos da ABNT para realização da revisão da Norma ABNT 31000:2009 – Gestão de Riscos – Princípios e Diretrizes. Tal participação facilita realizar ações de *benchmarking*, com intuito de desenvolver ações estratégicas em prol do desenvolvimento da temática de risco no âmbito institucional.

Neste período, houve a revisão da Política de Gestão de Riscos Institucionais da RFB, com a revogação da Portaria RFB nº 1674, de 16 de setembro de 2014, e a publicação da Portaria RFB nº 3241, de 30 de novembro de 2017, com a criação do Método de Priorização de Processos de Trabalho. Foi publicada também a Norma de Execução Audit nº 1, de 15 de dezembro de 2017, que descreve o fluxo do gerenciamento de riscos dos processos de trabalho da RFB.

Além da publicação de procedimentos relativos à Gestão de Riscos no sítio de manuais da RFB – e-Manuais, a Disri prestou suporte em gerenciamento de riscos durante a avaliação de riscos de processos de trabalho elencados no item 3.2 e do Parecer de Riscos Institucionais sobre a ausência de registro dos eventos de consulta no Sistema SCC Créditos PIS/Cofins – EFD, e realizou eventos de capacitação para Analistas de Riscos.

Destaca-se também a continuidade das melhorias ao Sistema de Gestão de Riscos – G-Riscos, com a reformulação dos painéis gerenciais para gestores e patrocinadores de processos de trabalho com o intuito de facilitar sua utilização e visualização.

O detalhamento dessas ações e as atividades em andamento estão dispostos a seguir.

3.1. Disseminação da Política de Gestão de Riscos

- Publicações tempestivas no Informe-se tratando do tema Gestão de Riscos;
- Melhoria contínua do material da capacitação no intuito de oferecê-la da forma mais completa e eficiente;
- Realização de 1 turma do Curso de Formação de Analistas de Riscos, objetivando capacitação dos servidores RFB indicados para atuar como Analistas de Riscos da Sutri.

- Realização de 3 turmas do Curso de Formação de Analistas de Riscos, adaptado para a Coana, para aplicação no Programa de Operador Econômico Autorizado – OEA.

3.2. Implementação da Metodologia de Gestão de Riscos

Avaliações de Riscos finalizadas
Gerir Cadastro das Pessoas Jurídicas
Gerir Crédito Tributário (realizados: 2º nível e dois dos processos de 3º nível)
Gerir Procedimento de Férias
Avaliações de Riscos em Andamento
Selecionar sujeitos passivos para fiscalização
Julgar Processo Administrativo Fiscal

Atualmente, o número de processos de trabalho com documentação de avaliação de riscos validada pela Disri é de 43 do total de 221 publicados pela Copav até 01/12/2017, portanto, 19,45%.

3.3. Implantação do Sistema de Gestão de Riscos – G-Riscos:

- Desenvolvimento de nova plataforma para cadastro de riscos no Sistema G-Riscos, utilizando o LibreOffice Base;
- Reestruturação do painel gerencial do gestor do processo de trabalho – MashZone; e
- Início da reestruturação dos demais painéis.

3.4. Estudos e prospecções – *benchmarking*

- Certificação C31000 – Profissionais de Gestão de Riscos para mais um membro da Audit, trazendo credibilidade para a unidade de negócio e facilitando ações de *benchmarking*;
- Representação na Comissão de Estudo Especial Gestão de Riscos da ABNT;
- Reuniões com o Comitê de Riscos, Controle e Integridade – CGCRI da Frente de Gestão de Riscos do PMIMF;
- Participação em Grupo de Trabalho do CGCRI para elaboração da Política de Gestão de Riscos no âmbito do Ministério da Fazenda (Resolução nº 3/CGRCI, de 8 de maio de 2017);
- Apresentação da metodologia de gerenciamento de riscos para o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União – CGU;
- Apresentação da metodologia de gerenciamento de riscos para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN; e

- Curso sobre Gestão de Riscos Institucionais da RFB para o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF/MF.

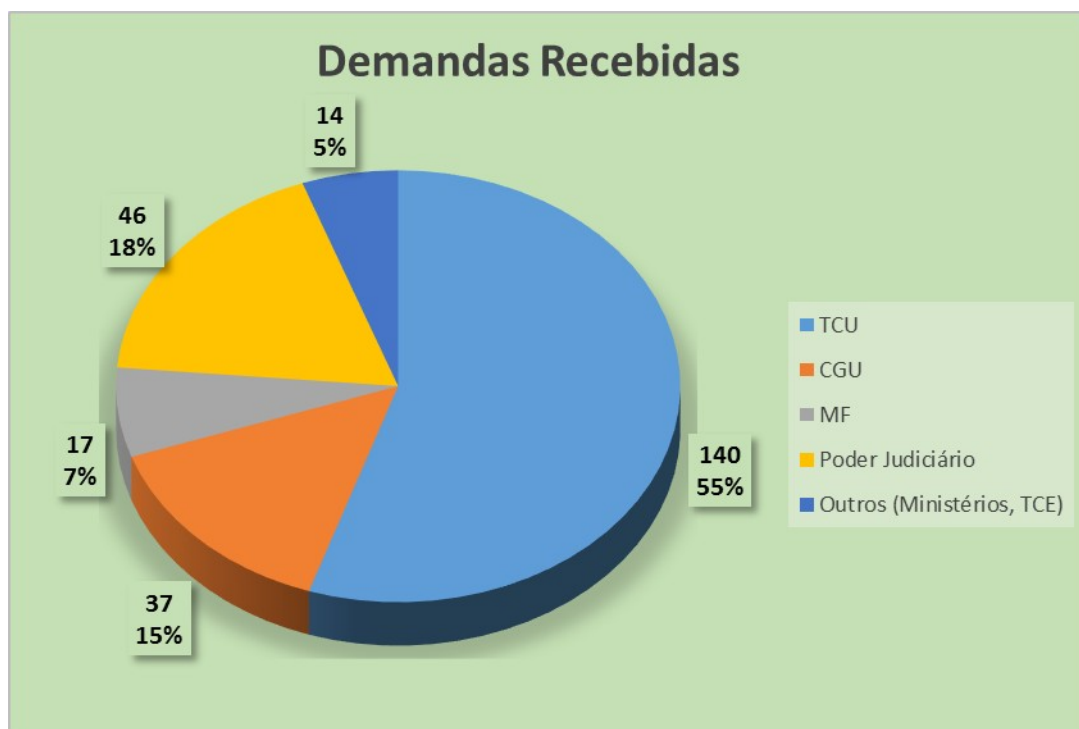
4. Atendimento aos Órgãos de Controle Externo e Interno.

A Audit, por meio da Divisão de Atendimento aos Órgãos de Controle Externo (Diaex), acompanha os trabalhos realizados pelos Órgãos de Controle Externo e Interno, respectivamente Tribunal de Contas da União (TCU) e Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), junto às Unidades Centrais da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

Conforme atribuição regimental, prevista no art. 41 do Regimento Interno da RFB, a Diaex centraliza o recebimento das diversas demandas oriundas do TCU e do Ministério da Transparência, de modo a poder acompanhar o atendimento às requisições de informações e às deliberações proferidas por esses órgãos de controle e garantir o cumprimento os prazos estabelecidos.

Além das demandas do TCU e do Ministério da Transparência, a Diaex também recebeu demandas do Ministério da Fazenda, por meio da Assessoria Especial de Controle Interno, do Poder Judiciário e eventualmente de outros órgãos. As demandas do Poder Judiciário estão relacionadas a Ações Civil Pública de Improbidade Administrativa.

Em 2017, a Diaex deu andamento interno a 254 (duzentos e cinquenta e quatro) documentos, indicando uma estabilidade no recebimento de demandas em relação ao exercício de 2016, quando foram trabalhados 255 documentos. A distribuição por órgão solicitante, em termos de quantidade e percentuais, consta do gráfico a seguir.



Do total de demandas do exercício, 86% foram resolvidas totalmente.



* Inclui 26 demandas de exercícios anteriores resolvidas neste exercício

** Inclui 11 demandas de exercícios anteriores

A Diaex acompanhou e viabilizou a prestação de informações para subsidiar a realização de **20 (vinte)** fiscalizações do TCU e de **4 (quatro)** fiscalizações do Ministério da Transparência, no âmbito da RFB:

	Órgão de Controle	Fiscalização	Nº do TC ou OS
1	TCU	Auditoria Operacional acerca da Eficiência na Distribuição de Recursos Humanos na RFB (continuidade – iniciada em 2016).	011.775/2016-5
2	TCU	Auditoria Operacional para avaliar a preparação do governo federal para implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.	028.938/2016-0
3	TCU	Auditoria de Conformidade acerca do Regime Aduaneiro Especial Repetro	031.800/2016-5
4	TCU	Auditoria de Conformidade sobre Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (Cebas).	015.940/2017-9
5	TCU	Auditorias do Balanço Geral da União/2016, incluindo Auditoria acerca das Demonstrações Contábeis do Ministério da Fazenda – 2016 (continuidade) e Auditoria no Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS), administrado pelo INSS.	029.130/2016-6
6	TCU	Auditoria acerca das Demonstrações Contábeis do Ministério da Fazenda – 2017 (em andamento).*	026.079/2017-8
7	TCU	Auditoria para avaliar a eficiência e regularidade da gestão	013.463/2017-9

	Órgão de Controle	Fiscalização	Nº do TC ou OS
		das empresas públicas prestadoras de serviços de Tecnologia da Informação.	
8	TCU	Auditoria sobre contratações de fabricantes de software.	025.774/2016-6
9	TCU	Levantamento na área previdenciária com vistas a subsidiar debate sobre a reforma da previdência.	001.040/2017-0
10	TCU	Levantamento de Governança Pública Organizacional – Ciclo 2017.*	017.245/2017-6
11	TCU	Levantamento de Auditoria acerca da Previsão de Receitas na PLOA 2018.*	025.397/2017-6
12	TCU	Monitoramento do cumprimento das recomendações contidas no Acórdão nº 458/2014-TCU-Plenário – Política Pública de Informática (Lei da Informática).	001.278/2017-7
13	TCU	Monitoramento do Atendimento ao Acórdão nº 2177/2016-TCU-1ª Câmara (Processo de Prestação de Contas do Exercício 2013).	018.231/2016-0
14	TCU	Acompanhamento das receitas, despesas primárias impactantes, contingenciamento de despesas e cumprimento de metas (1º, 2º, 3º e 4º bimestre/2017).*	010.410/2017-1 014.981/2017-3 021.267/2017-0 028.316/2017-7
15	TCU	Acompanhamento do Atendimento ao Acórdão nº 105/2016-TCU-Plenário – eSocial.	034.899/2016-2
16	TCU	Inspeção na Delegacia da RFB em São Luís/MA (atendimento realizado em parte no Órgão Central e em parte pela própria Unidade).	013.561/2016-2
17	TCU	Fiscalização para formação de Banco de Dados de Renúncias de Receitas.	015.940/2017-9
18	TCU	Questionário 2017 – Grau de Estruturação da Organização em Práticas Anti-Fraude e Corrupção.	020.829/2017-5
19	TCU	Auditoria de Conformidade que tem por objetivo verificar a confiabilidade das informações constantes do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).	020.302/2017-7
20	TCU	Auditoria para avaliar a regularidade dos procedimentos administrativos para a concessão e a manutenção dos benefícios fiscais previstos na Lei nº 8.248/1991 (Lei de Informática).	025.094/2017-3
21	CGU	Auditoria referente à Prestação de Contas Anual – Exercício 2016.	201601522
22	CGU	Auditoria sobre Serviços Públicos Digitais (continuidade – iniciada em 2016).	201603191

	Órgão de Controle	Fiscalização	Nº do TC ou OS
23	CGU	Auditorias para Avaliação dos Resultados da Gestão – DRF Vitória/ES, SRRF08 e SRRF09 – Exercício 2016 – Monitoramento de Grandes Contribuintes (atendimento realizado em parte no Órgão Central e em parte pelas próprias Unidades).	201700179 201700185 201700190
24	CGU	Ação de controle para o acompanhamento da execução do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga, na modalidade Redes (REPNBL-Redes) (em andamento).	-

* Fiscalizações realizadas anualmente.

5. Ações de capacitação

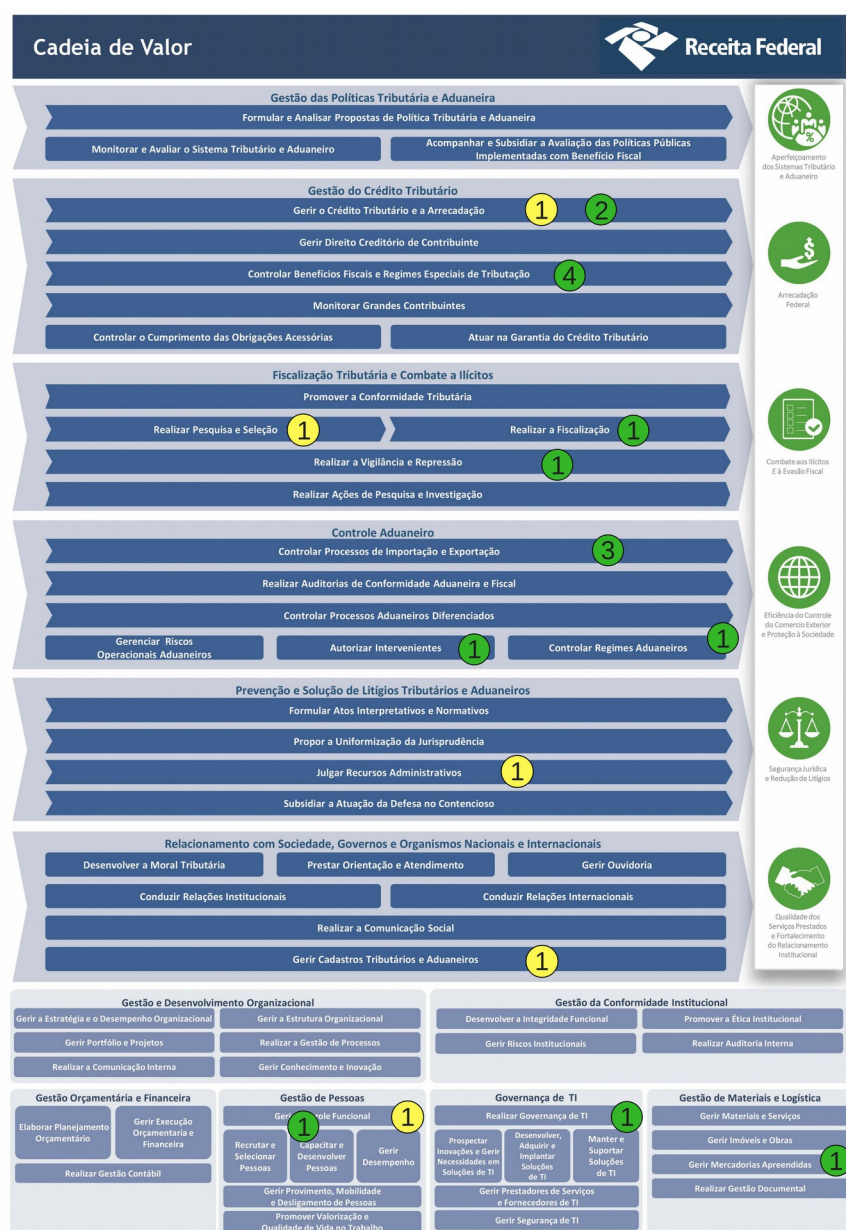
Ao longo do ano de 2017, ocorreram sete eventos de capacitação sobre temas relacionados à auditoria interna, gestão de riscos e atendimento aos órgãos de controle externo, conforme consta no quadro a seguir.

Ação de capacitação	Servidores capacitados	Carga horária
Introdução às atividades de Auditoria Interna Treinamento de servidores sobre o funcionamento das atividades de Auditoria Interna da RFB, o fluxo do processo, os principais papéis de trabalho e as principais técnicas de auditoria.	9	32 horas
Auditoria Baseada em Riscos O treinamento abordou os principais conceitos de uma auditoria baseada em riscos, a preparação do plano anual e também a condução do planejamento de uma auditoria, associado ao contexto corporativo. Introdução às atividades de Auditoria Interna	5	24 horas
Como Responder Diligências e Notificações dos Órgãos de Controle (TCU e CGU) Treinamento voltado ao atendimento aos órgãos de controle externo, atualizando servidor em temas atuais, bem como na melhor forma de lidar com as diligências vindas destas entidades.	1	16 horas
Operador de Micro com Banco de Dados Aprimoramento e atualização na utilização de sistemas informatizados do pacote Office, mais especificamente: Windows, Word, Excel, PowerPoint, Internet e Access. (Ação em caráter de Licença Capacitação)	1	240 horas
Curso Super Intensivo – Francês Ampliação dos conhecimentos do idioma Francês para utilização do mesmo nas atividades desenvolvidas no âmbito da divisão onde a servidora está lotada. (Ação em caráter de Licença Capacitação)	1	234 horas
ISO 31000 – Capacitação em Gestão de Riscos e Auditoria Baseada em Riscos Obtenção da certificação profissional internacional em Gestão de Riscos, baseada na Norma ISO 31000:2009, de modo a capacitar o servidor e fortalecer a equipe da Coordenação-Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos.	1	40 horas
Formação de Analistas de Riscos Formação de analistas de risco e capacitá-los na metodologia de gerenciamento de riscos da RFB.	6	16 horas

As ações de capacitação realizadas em 2017 tiveram por finalidade o aprimoramento contínuo dos servidores que realizam os trabalhos na Audit, reforçando as principais técnicas disponíveis, realizando trocas de experiências entre as equipes e, principalmente, buscando formar profissionais ainda mais preparados para exercer suas funções.

6. Considerações finais

As atividades desempenhadas pela Audit são instrumentos importantes na melhoria dos controles internos da RFB, contribuindo para o aperfeiçoamento dos processos de trabalho e de gestão, por meio de auditorias internas, da disseminação da cultura de gestão de riscos e do acompanhamento às deliberações dos órgãos de controle externo e interno, atuando por toda a Cadeia de Valor como se demonstra a seguir:



Auditoria Interna



Gestão de Riscos

Érico Bidinotto Brito
Chefe da Divisão de Atendimento aos Órgãos de Controle Externo

Fabiana Cristina Staub Cacuri
Chefe da Divisão de Implementação e Suporte em Gestão de Riscos

Roger Cleider Carletto
Coordenador de Planejamento e Execução de Auditoria – Substituto

Aparecido Xavier de França
Coordenador-Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos